

FACULDADE UNINA  
CURSO DE PEDAGOGIA

MARIA ELENILDA DO VALLE

**O EDUCAR E CUIDAR: RESIGNIFICANDO À DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO  
INFANTIL**

CURITIBA  
2020

MARIA ELENILDA DO VALLE

**O EDUCAR E CUIDAR: RESIGNIFICANDO À DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO  
INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de curso  
apresentado ao Curso de Graduação  
em Pedagogia da Faculdade UNINA

Orientador: Prof. Dra. Yara R. de la  
Iglesia

CURITIBA

2020

## FACULDADE UNINA

### ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos 22/06/2020, reuniu-se a banca para a defesa da monografia de conclusão de curso de Pedagogia, da acadêmica: MARIA ELENILDA DO VALLE intitulada: O EDUCAR E CUIDAR: RESSIGNIFICANDO À DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL. A banca examinadora, sob a presidência da Prof.<sup>a</sup> Dra. Yara R. de la Iglesia, foi constituída pelos (as) professores (as) Ms. Leandra Felícia Martins; Esp. Elisabeth Nather. Após exposição oral, a candidata foi arguida pelos componentes que analisaram o trabalho e decidiram pela sua \_\_\_\_\_ com a nota \_\_\_\_\_. Para constar foi lavrada a presente. Ata que depois de lida e aprovada vai assinada pelos membros da banca.

Observações: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Membro da banca

\_\_\_\_\_  
Membro da banca

\_\_\_\_\_  
Acadêmico (a)

Curitiba \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por ter me dado forças e não ter me deixado desistir em nenhum momento.

Agradeço ao meu marido Rosinei, que foi a pessoa que mais me incentivou a estudar e a chegar até aqui.

Ao meu filho Lucas, pela compreensão da minha ausência enquanto eu me dedicava a este curso.

A todos os meus familiares em especial meus pais e meus irmão por sempre estarem ao meu lado incentivando e torcendo por mim.

Aos meus amigos que estavam sempre mandando mensagens de incentivos e que acreditaram em mim.

As minhas colegas de sala Cátia, Fernanda e Jeniffer por terem me ajudado de uma forma ou outra nessa jornada.

Agradeço aos meus professores que por meio de seus ensinamentos, permitiram que eu pudesse hoje estar concluindo este trabalho.

E em especial minha orientadora professora Yara, pelo suporte, correções e incentivos dado a mim.

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo geral compreender o papel do professor que trabalha com crianças pequenas na Educação Infantil. Na tentativa de estudar quem é o profissional que atua nas Instituições de Educação, foi descrito o histórico e a evolução da Educação Infantil no Brasil. Também foi discutido a identidade e o papel do professor que atua com a primeira infância. Por fim, foi analisado as relações entre educar e cuidar na prática pedagógica do professor. Pode-se constatar que a educação infantil no Brasil está permeada por avanços e retrocessos alcançados em relação à sua função enquanto instituição de educação. Diante dessa realidade, o trabalho com a primeira infância passou de uma concepção mais assistencialista para outra, que acentua a dimensão pedagógica de educação e cuidado de crianças bem pequenas. Esta nova perspectiva produz um embate teórico-prático que acompanha a constituição da nova identidade do profissional de bebês e crianças bem pequenas. Um dos aspectos que geram maior debate diante dessa nova identidade do professor de creche é a integração entre o educar e cuidar. Compreende-se que o cuidar é inevitável pela dependência das crianças pequenas, mas deve estar atrelado à educação, com uma proposta mais afetiva e humanizada. No entanto, pode-se concluir que muitas vezes, a falta de formação, o despreparo e o imprevisto acabam sendo uma prática no cotidiano do trabalho com os bebês e crianças pequenas. Salienta-se, no entanto, que a creche deve se configurar como lugar de interação e socialização das crianças, complementar à ação familiar, bem como, garantir a formação do profissional que nela atua.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Identidade do professor. Cuidar e educar.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>CAPÍTULO 1 – TRANSCORRIDO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.....</b>	<b>8</b>
1.1 A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS ANTES DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 .....	8
1.2 EDUCAÇÃO INFANTIL: PÓS CONTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 .....	10
<b>CAPÍTULO 2 - O PAPEL DO PROFESSOR NO BERÇÁRIO .....</b>	<b>12</b>
2.1 COMO SER PROFESSOR SEM DAR AULAS .....	12
2.1 UM CURRÍCULO QUE PODE EMERGIR DO DIÁLOGO ENTRE CRIANÇAS, FAMÍLIAS E DOCENTES .....	17
<b>CAPÍTULO 3 - A RELAÇÃO ENTRE O EDUCAR E CUIDAR .....</b>	<b>21</b>
3.1 A INDISSOCIABILIDADE ENTRE O EDUCAR E CUIDAR.....	21
3.2 VÍNCULOS E CUIDADOS.....	24
3.3 AUTONOMIA E/OU DEPENDÊNCIA .....	28
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>32</b>

## INTRODUÇÃO

Atualmente a Educação Infantil, etapa de ensino que vai de zero a cinco anos de idade, é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988. É importante mencionar que as Instituições que atendem crianças pequenas no Brasil sofreram no decorrer dos tempos, diferentes mudanças em sua finalidade, passando pelo assistencialismo até a função educativa. Do ponto de vista histórico, houve um avanço quando se reconheceu a criança como cidadã, como sujeito de direitos, inclusive o direito à educação de qualidade desde o nascimento.

O interesse a respeito desta temática iniciou ao matricular meu filho na Educação Infantil. Com a entrada dele na Instituição, nasceu uma grande preocupação, em relação como ele seria atendido, visto que, ainda não se comunicava verbalmente. Como saberiam o momento certo para alimentá-lo? Saberiam quando está com frio? Com sono? Quando está triste? Ou aborrecido? O que ele faria o dia todo? Aprenderia algo? Quem é este profissional que vai cuidar e educar do meu filho? Ele tem formação?

Por outro lado, enquanto estudante de pedagogia, também me questioneei sobre essa mesma problemática. Será que eu teria competências profissionais para compreender os bebês e as crianças pequenas? Sempre tive a certeza de que é com essa faixa etária que pretendo trabalhar futuramente.

Buscando encontrar respostas para minhas indagações pessoais e profissionais, surgiu esta pesquisa. O ponto de partida que norteou a discussão realizada foi: quem é o profissional que atua nas Instituições de Educação Infantil? Entendendo que é durante a primeira infância que ocorre o crescimento físico, aquisição motora, amadurecimento do cérebro e iniciação social e afetiva e que quanto melhor forem as relações afetivas estabelecidas, a qualidade das experiências vividas, maiores serão as chances de a criança desenvolver seu potencial.

Dentro deste contexto, o presente trabalho tem como objetivo geral: compreender o papel do professor que trabalha com crianças pequenas na Educação Infantil. A fim de melhor compreender os fatores aqui abordados, este trabalho tem como objetivos específicos: descrever o histórico e a

evolução da Educação Infantil no Brasil; discutir a identidade e o papel do professor que atua com a primeira infância; analisar as relações entre educar e cuidar na prática pedagógica do professor.

Para se alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa por meio da revisão da literatura. Tendo como referencial teórico, diversos pesquisadores brasileiros e internacionais que têm contribuído com a discussão e compreensão da primeira infância. A busca ocorreu por meio do Google Acadêmico e pela Biblioteca Digital da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com os seguintes descritores: Educação Infantil. Identidade do professor. Cuidar e educar.

O presente trabalho foi dividido em três capítulos, no primeiro apresenta-se o histórico da Educação Infantil, como era o atendimento realizado com as crianças no decorrer da história brasileira e pós Constituição Federal de 1988.

No segundo capítulo aborda-se o papel do professor no berçário, como ser um professor de bebês, sem dar aulas. Em seguida trata-se do currículo e das sua relação com o cotidiano da criança pequena.

No terceiro capítulo discute-se a indissociabilidade do Educar e Cuidar como ações construídas por meio dos cuidados e do vínculo estabelecido entre o professor e a criança.

No quarto apresenta-se os resultados e considerações finais.

## **CAPÍTULO 1 - TRANSCORRIDO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL**

Este capítulo foi estruturado a partir da construção da história da Educação Infantil sob a visão de autores como: Kramer (2006), Kuhlmann Jr.(2013) e Merisse (1997) que descrevem como se deu o início da Educação Infantil, relacionada as transformações sociais, econômicas e políticas.

### **1.1 A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS ANTES DA CONSTITUIÇÃO DE 1988**

Historicamente a infância sofreu muitas transformações, estas mudanças ocorreram ao longo do tempo. A criança passou por um longo período sendo ignorada enquanto sujeito histórico, sem individualidade e possibilidades de expressão.

De acordo com Kramer (2006a, p.48), da conquista do Brasil em 1500 comandada por Pedro Alvares Cabral até 1874, “pouco se fazia pela infância desditosa, tanto do ponto de vista da proteção jurídica, quanto das alternativas de atendimento existentes”. Kuhlmann Jr. (2015) reforça a estreita relação entre a história das instituições de Educação Infantil e as demandas da história da infância, da sociedade, da família, do trabalho, da urbanização, entre outros. Em outras palavras, a história da criança no Brasil nos remete à própria história do Brasil.

Para Kramer (2006b), pouco se falava e menos ainda se fazia pela Educação Infantil, a partir de 1874 começavam a surgir alguns projetos por parte de médicos. A partir desta data, algumas instituições foram criadas, tendo em vista o atendimento médico escolar, centrado na higiene da criança.

Nesse sentido, ainda de acordo com a autora, os primeiros passos direcionados ao atendimento infantil, começou pelos médicos higienistas, que comandavam uma luta contra a mortalidade infantil. O médico higienista era especializado em saúde pública e administração sanitária, não só era responsável por prescrever condutas higiênicas, era também considerado um educador. A política higienista buscava a disciplina de cada indivíduo consigo próprio e com seu próximo de modo que cada um se conscientizasse e

passasse a agir como fiscal da higiene, pois acreditavam que grande parte dos problemas da nação estava relacionada a questões sanitárias (KUHLMANN JR., 2015).

Apesar do desejo dos médicos higienistas em fazer algo por essas crianças, o poder público não demonstrava nenhum interesse em mudar as condições sociais. Nas palavras de Kramer (2006b, p.50) “a ideia de proteger a infância começava a despertar, mas o atendimento se restringia a iniciativas isoladas que tinham, portanto, um caráter localizado.”

Para o atendimento à infância brasileira desvalida existiu, até 1874, a Casa dos Expostos ou Roda, instituição destinada ao abrigo e acolhimento das crianças desamparadas. Constata-se que as primeiras iniciativas foram resultantes de ações higienistas centradas no combate à mortalidade infantil, cujas causas eram atribuídas aos nascimentos ilegítimos (consequentes da união entre escravos ou destes com seus senhores) e à falta de conhecimentos intelectuais das famílias para o cuidado com as crianças (MERISSE, 1997).

Nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, o Estado começou a ter uma presença mais direta na questão da infância, atuando, inicialmente, como agente fiscalizador e regulamentador dos serviços prestados pelas entidades filantrópicas e assistenciais. No entanto, ainda era forte as iniciativas isoladas de proteção à infância, realizadas através de entidades de amparo que se orientavam para o combate das altas taxas de mortalidade infantil. Nas palavras de Kuhlmann Jr. (2001, p.182)

A pedagogia das instituições educacionais para os pobres é uma pedagogia da submissão, uma educação assistencialista marcada pela arrogância que humilha para depois oferecer o atendimento como dádiva, como favor aos poucos selecionados para receber.

De certa forma, a preocupação maior do Estado era de que as crianças das classes trabalhadoras sobrevivessem, pois, dessa forma, garantia-se mão de obra futura. Para Kramer (2006b) esse atendimento à população pobre foi entendido como a solução para os problemas sociais.

Pode-se observar que as creches no Brasil surgiram para minimizar os problemas sociais decorrentes do estado de miséria de mulheres e crianças, ao contrário dos países da Europa, em que a expansão das creches decorria da

necessidade do atendimento às crianças cujas mães foram recrutadas como mão de obra para as fábricas (MERISSE, 1997).

Entende-se que há uma relação intrínseca entre o histórico da atenção à infância no Brasil e a concepção de criança e de sociedade. Do ponto de vista histórico, houve um avanço significativo da legislação a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em que a criança de zero a seis anos é elevada à condição de cidadã, sujeito de direitos, inclusive, o direito à educação desde o seu nascimento e a Educação Infantil é apontada como fundamental ao seu desenvolvimento.

## 1.2 EDUCAÇÃO INFANTIL: PÓS CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Depois do país ter enfrentado uma luta contra o regime militar, as creches apareceram como resultado dessa luta também, sendo sinônimo de conquista. Com isso, elas precisavam apresentar mudanças referente ao atendimento anterior, que era vinculada ao trabalho assistencial, passando a apresentar um projeto educacional.

Para Kuhlmann Jr. (2015) foi depois da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) que a Educação Infantil deixou de fazer parte da Secretaria de Assistência Social e passou a compor a Secretaria de Educação, tornando-se um dever e compromisso do Estado. Assim a escola passou a ter mais responsabilidades com o processo de aprendizagem.

Foi a partir de então que a Educação Infantil se tornou um direito público subjetivo e de acordo com o autor, as crianças de 0 a 6 anos de idade passaram a viver uma nova situação no âmbito das políticas públicas, fazendo com que houvesse avanços sobre a oferta de creches e pré-escolas. E a partir deste momento, a educação a crianças pequenas passa a não ser somente direito da família, mas passa a ser um direito direcionado a criança (KULLMANN Jr., 2015).

Com esse direito estabelecido por Lei, começa então um aumento significativo na aproximação das crianças com esse espaço que além de coletivo tem fins educacionais.

Logo após a aprovação da Constituição Federal de 1988, foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Federal nº 8069/90,

concretizando as conquistas dos direitos das crianças e a Educação Infantil se caracteriza como um dever do Estado (BRASIL, 1990).

A partir de então a criança e infância passam a ser entendidas de uma maneira diferenciada, desta forma, também, a família começam a compreender que as crianças necessitam de uma Instituição Educacional que contribuía na formação intelectual, moral, relacional e emocional da criança pequena.

A Constituição (BRASIL, 1988) reconhece a educação como um direito da criança, opção da família e dever do Estado, seguindo esta mesma linha de interpretação a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 (LDB) (BRASIL, 1996) a Educação Infantil passa a ser definida como a primeira etapa da educação básica, sendo Educação Infantil creches (de 0 a 3 anos) e pré-escolas (de 4 e 5 anos) (BRASIL, 1996).

Atualmente, as instituições de Educação Infantil passaram a ser entendidas, não somente como um lugar em que as crianças passam o dia, enquanto seus pais trabalham, mas em um ambiente onde elas podem se relacionar, brincar, aprender, serem cuidadas, por meio de uma educação integral.

## CAPÍTULO 2 - O PAPEL DO PROFESSOR NO BERÇÁRIO

Neste capítulo será discutido a identidade do profissional da Educação Infantil, buscando compreender qual é o perfil desse sujeito, enquanto professor da educação básica.

No subponto seguinte, será abordado o papel do professor no desenvolvimento das crianças pequenas, a relação entre a escola e a família e como estes aspectos se veem materializados no currículo.

### 2.1 COMO SER PROFESSOR SEM DAR AULAS

A profissão de professor da primeira infância ainda está em construção no Brasil. Para Fochi (2013) esta profissão está sendo inventada, inclusive para marcar este lugar como sendo do professor, que não é a tia, não é a cuidadora, não é a babá e também não é o professor do ensino fundamental. É bem diferente. Mas se é bem diferente, quem é o professor da Educação Infantil?

A divisão da educação básica em três etapas (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), cada uma com finalidades e características próprias, tem implicações nos perfis e nas condições em que atuam os docentes de cada uma delas. É fundamental salientar, que o perfil do profissional da Educação Infantil é constituído predominantemente por mulheres. Para Carvalho (2018, p.19)

A feminização da profissão pode ser vista como sinal de desvalorização social dessa atividade, uma vez que, em áreas profissionais mais valorizadas e estratégicas, a predominância masculina dificulta a inserção das mulheres; desse modo, a profissão seria vista como socialmente subordinada, especialmente quando comparadas a profissões clássicas com maior prestígio social. Segundo o autor, essa pouca valorização seria uma das explicações da “proletarização” da profissão docente, com a deterioração dos salários e das condições de trabalho.

Essa representação do profissional da primeira infância é assumida, por vezes, de forma natural, como um trabalho tipicamente feminino, diretamente associado às habilidades afetivas e de maternagem. Histórica e culturalmente, na sociedade, a mulher sempre esteve encarregada de educar e cuidar dos

filhos. Segundo Carvalho (2005), com a entrada da mulher no mundo de trabalho associou-se a ela essa função, visto que já a exercia no lar.

De certa forma a construção da imagem social do professor da Educação Infantil teve origem na vinculação entre ensino escolar e família e entre mãe e professora, ou seja, na concepção assistencialista construída em uma matriz enraizada nas ideias socialmente construídas de infância, de relação adulto-crianças e cuidado (CARVALHO, 2005, p. 15).

Será que para ser professora de Educação Infantil basta ter sido mãe? Ou ser mulher? Educar e cuidar crianças pequenas em contextos coletivos é como criar os próprios filhos, ou passar tempo com os sobrinhos? Segundo Barbosa (2010, p. 10) “a profissão de professora na creche não é, como muitos acreditam, apenas a continuidade dos fazeres maternos, mas uma construção de profissionalização que exige bem mais que competência teórica, metodológica e relacional”.

Um outro aspecto que aponta para essa domesticação do trabalho do profissional da Educação Infantil é a própria terminologia empregada, e, por vezes, defendida pelos professores da primeira infância. No livro - professora sim, tia não -, Freire (1997) nos apresenta uma reflexão da importância da profissão e o quanto é fundamental o uso do termo professor e professora. Para o autor, a partir do momento que essa condição de professor e professora é aceita, junto com a responsabilidade que esse termo trás é que se poderá lutar pelo direito da educação. O termo tia, usado por tantas crianças quando se referem ao professor é, de certa forma, a diminuição da função e do profissionalismo do educador.

A professora pode ter sobrinhos e por isso é tia da mesma forma que qualquer tia pode ensinar, pode ser professora, por isso, trabalhar com alunos. Isto não significa, porém, que a tarefa de ensinar transforme a professora em tia de seus alunos da mesma forma como uma tia qualquer não se converte em professora de seus sobrinhos só por ser tia deles. Ensinar é profissão que envolve certa tarefa, certa militância, certa especificidade no seu cumprimento enquanto ser tia é viver uma relação de parentesco. Ser professora implica assumir uma profissão enquanto não se é tia por profissão. Se pode ser tio ou tia geograficamente ou afetivamente distante dos sobrinhos, mas não se pode ser autenticamente professora, mesmo num trabalho a longa distância, “longe” dos alunos (FREIRE, 1997, p.9)

Entende-se atualmente que para trabalhar com a Educação Infantil, pelo menos legalmente, segundo a lei de Diretrizes e Base (LDB), que o profissional tenha cursado uma licenciatura, em uma Universidade, admitindo-se como mínimo a formação oferecida em nível médio, na modalidade Normal. Mas será que esta formação inicial garante uma formação sólida entre teoria e prática, possibilitando uma atuação profissional de quem trabalha com bebês e crianças pequenas. Para Kishimoto (2011, p. 109):

No curso de Pedagogia, um mesmo plano curricular visa formar profissionais para todos os níveis da educação: Educação Infantil Educação Infantil e séries iniciais do ensino fundamental, educação de jovens e adultos, ensino médio, gestores, tecnólogos entre outros, práticas que se distanciam da ótica profissional. Para atender aos inúmeros propósitos, o curso dilui-se na fragmentação disciplinar e perde solidez. Há de tudo um pouco com generalidades que não levam à compreensão da malha complexa do saber e fazer pedagógico.

Nesse aspecto, a Educação Infantil exige do profissional dessa área mais do que a formação pedagógica oferece. Ele precisa ter sensibilidade que o possibilite promover o desenvolvimento integral da criança. Sendo assim, o professor necessita de uma formação que agregue aspectos culturais, éticos e estéticos, em diferentes linguagens expressivas, que possibilitem a construção de sua autoestima e identidade, uma formação que componha razão e imaginação.

Mesmo que todos os professores que trabalham com crianças pequenas tivessem como formação inicial a pedagogia, ainda assim, encontraríamos fragilidades teórico prática, pelo fato de os currículos não atenderem as especificidades da primeira infância.

No Brasil, segundo Barbosa, “muitos sistemas e estabelecimentos educacionais perpetuam a situação de ter muitos profissionais sem formação ou com ensino médio e poucos com curso de Pedagogia”. (BARBOSA, 2009, p. 36). Um exemplo importante dessa problemática, segundo a autora, é a relação que se estabelece entre o professor e o auxiliar. Ambos estão na sala, atendem o grupo de crianças e suas famílias, porém há grande diferenciação salarial nas funções, no horário de trabalho e no tipo de atividades realizadas.

Uns educam e outros cuidam das crianças, rompendo, de modo inaceitável, a articulação educar e cuidar. Além disso, essa dissociação acaba sugerindo a vinculação entre menor formação e as ações relativas ao corpo e maior formação e as tarefas dirigidas à mente, o que se coloca em completo antagonismo com as afirmações dos documentos legais e acadêmicos (BARBOSA, 2009, p. 35).

O professor da primeira infância, precisa romper com essa dicotomia entre cuidar e educar, no entanto isso não é somente uma luta individual, mas de ordem política, econômica e educacional. Contudo, dentro da sala de referência da Educação Infantil, o professor como profissional necessita comprometer-se com uma prática humanizada e respeitosa.

Um dos aspectos levantados por diferentes autores é ter um planejamento, sem ter a necessidade de livros didáticos, cartilhas ou outro tipo de material didático pronto. O profissional precisa preparar os espaços em que as crianças participarão das atividades propostas. A criança precisa ter oportunidade de se expressar, opinar, interagir diante de novos desafios apresentados, apropriando-se de novas culturas, tendo uma aprendizagem diversificada.

Sobre esse assunto, Fochi (2013) aponta como papel do professor, ter o conhecimento da criança que está sob sua responsabilidade, estar sempre atento a ela, pois seu planejamento pode não ser executado da forma que havia idealizado, o professor precisa estar aberto ao inesperado. Nas palavras de Fochi “por consequência provoca-nos e nos provocou a pensar que o planejamento, a organização dos tempos e dos espaços, também se modificam.” (FOCHI, 2013, p. 85).

Ostetto (2017), por outro lado, propõe o registro diário, como sendo parte do trabalho pedagógico e que deve ser realizado pelo professor, registrando tudo o que acontece com a criança no dia-a-dia. Ressaltando que o professor precisa estar sempre atento, observando, registrando e documentando todo esse processo de aprendizagem e desenvolvimento individual de cada um. Cada momento vivido pela criança na sala ocorre de uma maneira breve e que se não forem registrados e documentados continuamente, acabam-se perdendo no agitado dia-a-dia de um berçário.

A autora indica que para fazer esse registro, o professor precisa saber interpretar cada criança, atribuindo um significado a tudo o que elas dizem ou

fazem, desse modo o registro feito valorizará as experiências delas. “O registro que se converte em documentação pedagógica é um meio privilegiado para ampliação da compreensão dos conceitos e das teorias sobre as crianças”. (OSTETTO, 2017, p.24).

Diante do exposto, entende-se que a sensibilidade no fazer pedagógico é fundamental, trabalhar com crianças pequenas exige um olhar de cuidado e de escuta. Dentro dessa perspectiva, Tristão (2004, p.2) sinaliza que “é essencial que as profissionais que trabalham com bebês e crianças pequenas nas instituições de Educação Infantil alfabetizem-se na diferentes linguagens das crianças pequenas, buscando entendê-las e, de certo modo, ouvi-las.”

Ainda de acordo com a autora, é preciso construir uma relação com a criança, dando atenção necessária, percebendo suas necessidades diárias, isso acontece quando colocamos ou tiramos uma roupa da criança, por exemplo. “Educar uma criança significa promover um crescimento integral do indivíduo, também desenvolver solidariedade, capacidade de enxergar o outro e tolerância para com outros modos de ser, de modo a ter respeito e responsabilidade para com os demais”. (TRISTÃO, 2004 p. 8)

Quando o professor conhece suas crianças, as percebe, e está atento a suas linguagens, gestos e expressões, consegue planejar seu cotidiano de maneira que alcance a todos. Ao conhecer seus movimentos, estimula sua autonomia e faz com que eles adquiram novos conhecimentos, tudo isso de acordo com suas necessidades e desejos individuais.

Maia (2012), enfatiza ainda que o professor de crianças pequenas precisa levar em conta o conhecimento prévio de cada uma, respeitando o que ela traz consigo. Sendo assim, seus ensinamentos precisam ser propostos de forma calma, ensinando alguns conceitos, como algo agradável, instigando na criança a vontade de aprender. Para Maia (2012, p.7) é importante que na Educação Infantil, a criança “aprenda conceitos úteis para a vida em sociedade, sobre como bem se comportar, se alimentar, se higienizar, respeitar o outro, e que possa desenvolver saberes em todos os campos do desenvolvimento, [...] o conhecimento de mundo”.

Essa prática docente é marcada por um delicado trabalho, realizado todos os dia na rotina diária, em que o professor constrói sua prática

profissional fundamentada em teorias sólidas e consistentes e busca pela sua identidade como profissional da Educação Infantil.

## 2.1 UM CURRÍCULO QUE PODE EMERGIR DO DIÁLOGO ENTRE CRIANÇAS, FAMÍLIAS E DOCENTES

São diversas as situações que ocorre na escola, que pode favorecer o diálogo entre os profissionais da educação, família e crianças. Quando isso ocorre, facilita que pais e responsáveis estejam a par de todo o processo educacional de seus filhos.

A escola entendendo a família como o primeiro grupo social em que a criança está inserida, deve fazer essa aproximação, conseguindo em conjunto planejar ações importantes, buscando novos caminhos para esse processo educacional em parceria com a família.

Segundo a Constituição Federal de 1988, existem regras fundamentais na organização da Educação. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Dentro dessa lógica, a escola como a família têm a missão de trabalharem juntas na realização desse processo de educação, ambas dispostas a ouvir e reformular seus conceitos, com o único propósito de garantir o desenvolvimento integral do da criança.

Compreende-se que há uma necessidade em ter essa aproximação entre todos os envolvidos na escola, tendo o diálogo como forma de convivência. Isso deve ocorrer através de um diálogo aberto entre a escola e a família, e tendo como sentido, a troca de informações importantes para o desenvolvimento dos alunos, a fim de elaborarem ações fundamentais para a instituição. (HELLINGER, 2016)

É preciso que a família veja sua importância em acompanhar a trajetória escolar de seu filho, entender que se faz necessário sua participação, e assim, a escola torna-se responsável em abrir esse espaço para que a família juntamente com os professores e crianças consigam estar lado a lado nesse processo.

Hellinger (2016), aponta que diálogo é uma forma de convivência em grupo e de grande importância para um bom relacionamento. “A comunicação entre a escola e a família deverá acontecer através de um diálogo aberto e sempre no sentido de trocar informações importantes para o desenvolvimento do aluno” (HELLINGER, 2016, p.5)

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil (BNCC), para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família são essenciais. Além disso, a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade. (BRASIL, 2017)

Assim a legislação apresenta a necessidade de ter essa aproximação entre a escola e a família a fim de planejar práticas importantes para o pleno desenvolvimento da criança, a formação de cidadania e para o trabalho. Conseqüentemente, o diálogo irá surgir e fortalecer essa aproximação, e assim traçar novos e melhores caminhos no processo de socialização e desenvolvimento das crianças.

De acordo com Barbosa (2009), currículo vai além de documentos elaborados para que possa orientar professores, e sim algo que vem de encontro com as necessidades encontradas no dia a dia dos professores em relação as crianças e as famílias. A autora reafirma a importância de se ter um diálogo entre crianças, família e professores, e que é por meio da comunicação entre a família e a escola que se constrói e se organiza o currículo. A pedagogia dentro deste currículo é vista como parte teórica na Educação Infantil, e seu conteúdo como uma prática social.

De acordo com a autora a Educação Infantil, como primeira etapa da educação básica, “tem um compromisso com a reflexão sobre a mudança curricular. O fato de ser etapa não obrigatória permite a emergência de organizações curriculares bastante plurais nas suas concepções e práticas”. (BARBOSA, 2009, p.80)

Ao serem sistematizadas e discutidas essas práticas, dá-se liberdade a outras organizações curriculares, e demonstram o quanto elas estão vinculadas

à formação e à responsabilidade dos profissionais dessa etapa da Educação Básica.

Nesse currículo, o diálogo entre a família, escola e professores precisa a todo momento ser colocado em prática, nenhuma decisão pode ser tomada em relação a criança, sem que haja uma conversa entre a instituição e a família. Também faz parte do currículo dessa faixa etária, as práticas sociais, apresentado como conteúdo cultural, onde a proposta garante que bebês e crianças bem pequenas tenham garantido além da aprendizagem, seu bem-estar.

As atividades recorrentes da vida cotidiana são os primeiros saberes, conhecimentos, hábitos e valores que as famílias ensinam para os seus descendentes desde bem pequenos, inscrevendo neles um modo singular de pertencimento a partir do modo de ser e de fazer das pessoas de seu grupo social. Porém, ingressar nas práticas da vida social não é uma prerrogativa das família ou das escolas, na atualidade, é uma atividade que compete as duas instituições (BARBOSA, 2009, 81)

Assim sendo, o professor de Educação Infantil precisa realizar todo esse cuidado com a criança, possibilitando essas práticas sociais, de modo interdisciplinar, sendo esse um conteúdo educacional, que tem relação com a vida cotidiana das crianças.

Assim a escola precisa ter uma proposta pedagógica que envolva todos, professores, crianças e seus familiares. Mesmo quando a escola precisa tomar certas decisões, as vezes administrativas, as famílias podem ser comunicadas e assim a escola pode solicitar sua participação, ou a ajuda dessas famílias, que podem estar colaborando para o bom funcionamento da escola.

É evidente que não existe um tipo único de relacionamento entre família e escola, mas o que parece claro é que essas relações devem ser capazes de responder as necessidades para as quais elas são propostas e tendem para a bidirecionalidade. Uma das estratégias que demonstraram ter mais efeitos positivos na aprendizagem dos alunos é a colaboração direta entre a família e escola.

Segundo Fortunati (2016) devemos pensar em um relacionamento horizontal entre a escola e a família orientado para a troca, compartilhamento e colaboração do projeto educacional.

É óbvio que não devemos esquecer que os papéis dos pais e dos professores não podem ser confundidos, mas eles devem ser considerados no mesmo nível. Ainda que essa ideia seja importante em todos os níveis escolares, quando falamos da educação nos três, ou até nos seis primeiros anos de vida, essa relação pode ser ainda mais próxima e construída com base na confiança que os pais devem ter em relação à escola de Educação Infantil: não uma confiança imposta, mas uma confiança conquistada por uma proposta de acolhimento da escola, que reconhece cada família e cada criança como um indivíduo único e não como um simples elemento a ser incluído em uma instituição (FORTUNATI, 2016, p.17)

A escola precisa conhecer a criança, saber como é sua família, como está estruturada, respeitando suas diversidades, e assim possibilitando melhorias no processo de educação. A escola deve aproximar a todos, fazendo reuniões, ouvindo as considerações dos profissionais e das famílias, sem esquecer que a criança é o centro de toda e qualquer ação realizada na escola.

Essa incumbência de fazer a criança sentir-se pertencente a escola, é um dever tanto da instituição, como da família. Uma possibilidade é apresentando atividades semelhantes em casa e na escola, como se alimentar, cuidar de sua higiene ou brincar.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), o papel das Instituições de Educação Infantil é acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, articulando-os em suas propostas pedagógicas. Esta articulação tem como objetivo ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades das crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação. (BRASIL, 2017, p. 36).

## CAPÍTULO 3 - A RELAÇÃO ENTRE O EDUCAR E CUIDAR

No terceiro capítulo se discorre sobre a indissociabilidade entre o educar e cuidar. Apresenta-se autores que promovem uma ação pedagógica respaldada em uma visão integrada do desenvolvimento infantil, respeitando as peculiaridades da criança pequena.

### 3.1 A INDISSOCIABILIDADE ENTRE O EDUCAR E CUIDAR

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), as instituições que atendem a Educação Infantil precisam abranger as funções de educar e cuidar, tornando acessível esse atendimento a todas as crianças que frequentam esse espaço, proporcionando o desenvolvimento de identidade de cada uma. Além de realizar um trabalho pedagógico, proporcionando uma aprendizagem orientada pelo professor, também oferecer a aprendizagem através do lúdico, das brincadeiras. (BRASIL, 1998)

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. (BRASIL, 1998, p. 23)

Da mesma forma as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 2009) entendem que não deve existir separação entre o cuidar educar e brincar na Educação Infantil. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) indica que nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo (BRASIL, 2017)

Isso se deve em grande parte, porque, segundo Barbosa (2009), nos últimos anos a demanda pelo atendimento educacional de bebês em creches vem se ampliando. Grande parte do preconceito com relação a essa instituição

está sendo superado, pois os estudos vêm demonstrando o quanto essa experiência educacional, quando realizada em estabelecimentos adequados, traz benefícios para as crianças.

Fochi (2013), afirma que a função da Educação Infantil é o cuidado, a educação, socialização e a aprendizagem, procurando sempre atender a necessidade da criança. Para o autor, “a forma como esses estabelecimentos foram sendo organizados demonstra que sua função vai além de se situar apenas enquanto um lugar para as aprendizagens das crianças, mas também se estabelece por sua natureza pública e de vida coletiva”. (FOCHI, 2013, p. 24)

Dessa forma o autor destaca a importância na escola como parte da vida coletiva das crianças “tecida como vários fios juntos e em conjunto, tramado e constituído pela ação do eu com o outro e do outro, e que supõe estar em contínuo exercício de construção” (FOCHI, 2013, p. 14), que dessa forma conseguem juntos construir aprendizagens e descobertas sobre si mesmos, sobre os outros e o mundo em que vivem.

A escola é, portanto, o local onde a criança além de receber uma educação de qualidade, deve receber os cuidados necessários, tendo uma alimentação saudável, higiene e descanso. De acordo com Barbosa (2009), essa ação de cuidado está além dos procedimentos de proteção, ou que atenda somente as necessidades de alimentação, higiene, repouso ou prevenção da dor. Esse cuidado deve atender as necessidades e desejos das crianças, apoiá-las em desafios apresentados, aceitar suas teorias, seus medos, sua forma de entender a si mesmo e o mundo que as cerca. Nas palavras da autora:

Cuidar e educar significa afirmar na Educação Infantil a dimensão de defesa dos direitos das crianças, não somente aqueles vinculados à proteção da vida, à participação social, cultural e política, mas também aos direitos universais de aprender a sonhar, a duvidar, a pensar, a fingir, a não saber, a silenciar, a rir e a movimentar-se. (BARBOSA, 2009, p.69).

Dessa forma o ato de educar e cuidar das crianças, se propõe além de se ter um simples resultado acadêmico, buscar atender as especificidades dos bebês e das crianças bem pequenas, de maneira a entendê-los como sujeitos históricos que têm direitos.

Para Maranhão (2010) o cuidado cotidiano das crianças, “permeado pelas ações pedagógicas, é uma prática profissional do professor de Educação Infantil e requer que ele se aproprie de conhecimentos e desenvolva competências com base nas ciências biológicas e humanas”. Dentro dessa perspectiva, a autora propõe que o profissional da Educação Infantil possa:

planejar e organizar o ambiente para os diferentes cuidados e aprendizagens nas diversas faixas etárias e em contexto coletivo e educacional; acolher, observar e interagir com familiares, bebês e crianças menores de 5 anos; compreender e empregar “a linguagem do cuidado” - formas de comunicação durante o cuidado corporal individual e coletivo; empregar procedimentos e atitudes seguras e adequadas ao contexto educacional e coletivo, de acordo com as normas sanitárias específicas para o contexto da creche e da pré-escola; registrar o processo de cuidado e desenvolvimento das crianças para acompanhar, avaliar, informar e planejar cuidados e atividades; identificar as necessidades das crianças e do grupo de crianças, avaliar, decidir e agir; informar, obter e transmitir informações; compartilhar e negociar valores, crenças e conhecimentos sobre as diferentes práticas de cuidados infantis com os familiares e outros profissionais; e lidar com os desafios e avanços dos processos de integrar cuidados com as atividades educativas no contexto de Educação Infantil (MARANHÃO, 2010, p.9)

Barbosa (2009), “ao educar e cuidar de crianças pequenas, o professor não oferece apenas aquilo que sabe, mas também aquilo que é através das interações.” (BARBOSA, 2009, p.37). Assim o trabalho do professor precisa dar atenção necessária à linguagem dessas crianças, dando estímulo a sua autonomia, mediando diversos conhecimentos, portanto capacidades e sensibilidades devem fazer parte de sua formação profissional.

Essa prática do cuidar e do educar deve ser utilizada pelo professor de maneira integral, levando em consideração que essa é uma ação didática que depende uma da outra, que onde se cuida, também se educa. Sobre isso Maia (2012) aponta que:

O professor tem essa responsabilidade, não apenas de ensinar, mas de educar em um contexto global, ele não precisa apenas preocupar-se com os conteúdos que vão ser repassados a partir da relação cuidar/educar, porém de que forma esses chegarão a se transformar em conhecimento pelos educandos. (MAIA, 2012, p. 11)

Ostetto (2017) lembra que que todas as situações de cuidado que o professor realiza com as crianças, deve ser considerada como uma forma de aprendizagem. As rotinas do dia como alimentação, o sono, ou a higiene,

devem ter sentido educativo. A escola representará dessa forma à criança, não somente como um ambiente de cuidados, mas como um espaço educador.

O banho, a soneca, a escovação dos dentes, a higiene íntima, a alimentação são partes importantes da rotina de uma escola de horário integral, mas trata-se de atividades que não podem ser feitas de forma repetitiva ou apressada, simplesmente como uma tarefa a ser cumprida. Tais atividades ganham sentido educativo quando o adulto se dirige às crianças com respeito, paciência, alegria, usando um tom de voz ameno, quando sabe, e acredita, que ao cuidar também educa. (OSTETTO, 2017, p.61)

Essas atividades têm fundamento educacional, quando o professor age com “respeito, paciência, alegria, usando um tom de voz ameno, quando sabe, e acredita, que ao cuidar também educa.” (OSTETTO, 2017 p.61). Todos os momentos em que acontece os cuidados com as crianças devem ser tranquilos, sendo que o professor precisa estar disponível para auxiliar aos que precisarem.

Os momentos mais importantes da interação adulto-criança são os referentes aos cuidados corporais. Em nosso instituto, desde o começo, temos dado primordial importância para esses cuidados e a tudo o que acontece enquanto se realizam, pois é quando a criança se depara cara a cara com o adulto, que pode nesse momento, lhe dedicar uma atenção profunda que permite o desenvolvimento das relações mútuas. Esta é uma excelente ocasião para que o adulto fale de uma forma íntima com a criança, não apenas com o objetivo de ensiná-la a comer, vestir ou despir-se sozinha, lavar as mãos e a utilizar o penico, mas principalmente para que no decorrer dos cuidados pessoais, graças às satisfações das necessidades corporais e aos modos de satisfazê-las, a criança aprenda, depois de um reconhecimento prévio, a avisar e posteriormente a expressar, de forma específica, as necessidades em si mesmas, as exigências relativas à sua satisfação e, também, o sentimento do seu próprio bem-estar (FALK, 1994, p.21).

Essas ações de cuidado estão impregnadas de intencionalidade e permeadas pelas ações pedagógicas de um profissional da Educação Infantil que planeja, observa e avalia sua prática. Nesse sentido, o cuidar e educar são práticas indissociáveis.

### 3.2 VÍNCULOS E CUIDADOS

Atualmente, vivemos em uma cultura da antecipação e da comparação. Muitas vezes escutamos que a criança ainda não levanta a cabeça, ainda não

rola, ainda não engatinha, ainda não anda. Cria-se, infelizmente, uma ideia de que o bebê ainda não é, deixando de olhar para o quanto ele é capaz e potente.

De acordo com (SOARES, 1969 apud PIKLER, 2017, p.17) “não se deve ensinar a criança a sentar, a andar ou a brincar, pois é muito melhor para o seu desenvolvimento que ela descubra, por si mesma, como fazer isso”. Essa pesquisadora ressalta a importância de respeitar a criança e seu desenvolvimento, valorizando sua capacidade e suas formas de agir. O professor, de acordo com a autora, deve proporcionar segurança, incentivando e deixando que a criança participe de tudo que está acontecendo em sua volta como forma de aprendizagem.

Para que o professor possa proporcionar segurança a criança Falk (2016), sugere que é fundamental que se estabeleça um vínculo afetivo entre a criança e o professor, para que então, esse possa respeitar o seu ritmo, sem forçar nada, permitindo sua liberdade. Dentro dessa perspectiva, entende-se que o bebê e a criança pequena são sujeitos competentes, que necessitam vivenciar a liberdade de movimentos, ou seja, as conquistas motoras se dão de dentro para fora, respeitando seu tempo e seu ritmo.

Para a pesquisadora, o professor deve deixar a criança participar de todos os momentos do cuidado cotidiano, esses cuidados devem ser sempre com muita atenção e dedicação. O profissional deveria nomear sempre cada ação que está sendo realizada com a criança, antecipando o que ocorrerá na sequência, assim, a criança iniciará a construção de imagens e representações mentais.

Para que seja possível criar um vínculo afetivo com o bebê e a criança bem pequena, é preciso que se estabeleça uma determinada confiança da parte do professor, que ocorre no momento dedicado ao cuidado que se tem com elas. Essa interação no momento do cuidado, precisa ser agradável, por meio de um diálogo que seja compreendido pela criança pequena.

De acordo com Falk (2016) um dos momentos mais oportunos em que se consegue com maior êxito estabelecer um vínculo afetivo com os bebês é no momento da troca de fraldas ou roupas, na hora da alimentação ou na hora do sono, sempre deixando que eles participem desse momento, sem forçá-los a nada, nem a comer, nem a dormir. O professor precisa sempre acalmá-las,

conversando com elas, explicando qual é aquele momento em que estão vivenciando.

A criança passa a se sentir segura com esse professor, compreendendo que este momento além de estar sendo cuidada, está recebendo toda atenção e carinho da parte dele. Ao perceber que o professor transmite segurança, e que ele a valoriza quando tem sua colaboração, também retribui, participando de forma voluntária desse processo. Mesmo ainda não se expressando verbalmente, a criança ainda bem pequena compreende o adulto e assim consegue responder de forma expressiva, através de gestos, olhares ou algum tipo de movimento corporal.

Assim sendo Soares (2017, p.24), assegura que “para que haja um verdadeiro encontro entre a criança pequena e o educador é preciso que as atitudes e as palavras do adulto correspondam aos seus sentimentos”.

Para a autora a linguagem está relacionada com gestos, tom de voz, olhares e movimentos corporais, sendo que o professor é quem deve estar atento a toda forma de comunicação feita pelos bebês e crianças, promovendo assim a seus potenciais de expressão.

Compreendendo a importância do vínculo e o momento do cuidado como privilegiados para estabelecerem um contato mais próximo com cada uma das crianças, no ambiente coletivo, como uma sala de berçário. O planejamento da rotina deve priorizar um contato de qualidade e garantir a organização do ambiente seguro e instigante para que as crianças que não estiverem, no processo de cuidar, possam se movimentar e brincar livremente. (SOARES, 2017, p.24).

A partir deste cuidado, a criança demonstrará interesse e afeto, interagindo com o professor, e esse cuidado portanto transformará em aprendizagem e o vínculo de confiança e segurança será estabelecido entre a criança e o professor, ela entenderá que será ouvida quando tiver necessidade.

Todo esse cuidado precisa ser feito de forma calma, dispondo de um certo tempo para cada criança, mostrando a ela que esse momento é dela e que neste momento toda atenção e dedicação do professor está voltado a ela, e sendo assim, ela irá aproveitar a experiência e desfrutar do cuidado que está recebendo.

Dessa maneira, também o professor deve promover todo o envolvimento da criança na atividade proposta, sendo transmitida a ela segurança, assim o

professor encontrará mais facilidades e recursos para se comunicar com a criança, criando atividades que venham de encontro com a necessidade que a criança sinalizou. E assim a criança, além de aceitar melhor os cuidados por parte do professor, terá satisfação em participar do que lhe for proposto.

Nessa abordagem, Pikler sugere que o bebê que ainda não consegue se alimentar sozinho, que o professor o alimente em seu colo, proporcionando um contato íntimo que possibilita que seus olhares se encontrem, e que esse alimento deve ser dado a ela, até a criança estiver com vontade, sem força-la ou insistir-la a comer. Porém, isso nem sempre acontece, por ter várias crianças para alimentar ao mesmo tempo, o professor precisa explicar a elas, sobre o que está acontecendo naquele momento, para que a hora da alimentação seja respeitada e seja algo prazeroso.

Outro momento de cuidado e atenção com as crianças é sobre o controle dos esfíncteres, entendendo que cada criança tem seu próprio ritmo, e que elas precisam de amadurecimento neuromuscular e certo grau de desenvolvimento cognitivo e social.

Esse desenvolvimento se tornará possível através da segurança e confiança que o professor irá transmitir a criança, que deverá ser feito de forma delicada por parte do professor, que deverá explicar tudo o que está acontecendo. Quando chegar o momento do desfralde, a criança demonstrará essa necessidade, ela dará sinais, sem que o professor programe para ela.

Essa aquisição está intimamente relacionada com a maturidade física, psíquica e emocional da criança. Alguns sinais observáveis da maturidade física: subir e descer escadas, tirar a própria roupa e permanecer com mais tempo a fraudar seca (SOARES, 2017, p. 26)

É importante o professor perceber qual maturidade a criança tem para que realize esse processo, estar atenta aos sinais que ela irá apresentar como sua vontade em fazer xixi ou cocô, retirando ou pedindo para retirar sua roupa ou indo em direção ao banheiro, apontando o vaso sanitário. Em todos os casos é necessário esperar a criança apresentar uma reação, assim haverá uma relação colaborativa.

Todos esses cuidados que o professor deve ter com os bebês e crianças bem pequena, precisa ser feito com suavidade e delicadeza em cada ação, observando cada uma, dando tempo necessário para que cada uma realize sua

atividade e aproveite sua experiência, sempre falar a elas o que está acontecendo naquele instante, pedir sempre sua ajuda, assim elas irão se sentir inseridas naquele espaço.

### 3.3 AUTONOMIA E/OU DEPENDÊNCIA

As crianças ainda bem pequenas começam de forma competente a realizar ações que propiciam seu conhecimento, observam e agem de forma autônoma, começando com a exploração de seu próprio corpo, ou então usam suas mãos para pegar objetos que chamam sua atenção. Nesse momento de conhecimento, o bebê começa entender seus limites e possibilidades, sem ser guiado, começa a interagir com seu professor e com as demais crianças ao seu redor.

É importante reconhecer a dependência dos bebês e das crianças bem pequenas como algo positivo, confiando em suas capacidades em adquirir sua autonomia, através de sua curiosidade, ela toma a atitude de ir buscar esse conhecimento. Pikler afirma que não é favorável que sente uma criança, ou então que a levante colocando em pé para que ande, isso deve ocorrer de forma natural e com espontaneidade da própria criança, sem que haja influência por um adulto.

A abordagem Pikler, se opõe, desta forma, a todas as concepções que limitam a compreensão do bebê e da criança, ao analisar exclusivamente sua relação com o ambiente (particularmente com a mãe), seu vínculo com o adulto, sua submissão, sua dependência. (FALK, 2016, p. 51)

Algumas noções citadas por Pikler que, segundo ela são essenciais já no início da vida dos bebês e que dá ênfase a sua autonomia, está relacionada ao movimento livre, atividade de exploração, aprendizagem autônoma, atividade iniciada pela própria criança tendo noção de competência. Segundo ela essas concepções auxiliam na compreensão do adulto para com a criança, fortalecendo o vínculo e estabelecendo sua independência.

A criança é capaz de aprender de forma autônoma, que é capaz de realizar ações competentes, utilizando o repertório de comportamentos de que dispõe em determinadas fases de seu

desenvolvimento (tanto no domínio de sua motricidade, como na capacidade de retomar as experiências ativas relacionadas ao seu ambiente) e para desenvolver o conhecimento de si mesma (FALK, 2016, p.52).

Quando a criança brinca sozinho com objetos que estão próximos ou mesmo com seu próprio corpo, ela está aprendendo a agir e a observar, e assim consegue indicar um desfecho daquela ação. Ela compreende seus limites e possibilidades ao concluir práticas.

Segundo Falk, a criança conquistará sua autonomia, ao estabelecer uma plena confiança no adulto que a conduz, no caso o professor. Assim que ela percebe essa segurança, começará a agir de maneira autônoma. E logo não dependerão totalmente do adulto.

De acordo com Barbosa (2017) por serem ainda bem pequenas, essas crianças são consideradas seres incapacitados e frágeis, porém além de serem capazes de agirem, terem iniciativas, se movimentarem, conseguem perceber tudo o que está acontecendo ao seu redor. Ainda segundo essa autora, a criança conquista sua autonomia, estabelecendo relações sociais, com o convívio com outras crianças promovendo assim sua formação

As crianças, nas suas diferenças e diversidades, são completas, pois têm um corpo capaz de sentir, pensar, emocionar-se, imaginar, transformar, inventar, criar, dialogar: um corpo produtor de história e cultura. Porém, para tornarem-se sujeitos precisam se relacionar com outras crianças e adultos. Estar junto aos outros significa estabelecer relacionamentos e interações vinculados aos contextos sociais e culturais. (BARBOSA, 2017, p. 23)

Essas crianças fazem parte de grupos sociais como os adultos, e, portanto, constroem culturas, sendo que ao realizarem determinadas ações integram componentes no mundo em que vivem. E é através desses atos que começam a interagir com o outro, estabelecendo uma relação social.

E toda essa independência começa surgir sendo necessário que essas crianças estejam em um ambiente adequado, e que ofereça total segurança, com adultos que transmitam essa confiança, e assim dessa forma, o desenvolvimento de autonomia deles terá um resultado satisfatório, mas é importante o contato e o convívio com o professor e as demais crianças, para que se aprenda desde pequeno a fazer parte da vida coletiva na escola.

Durante o convívio com diferentes pessoas, sendo professores e demais crianças, elas fazem suas primeiras aprendizagens. Quando brincam juntas, fazem atividades em conjunto, e decidem algo juntamente com as demais, estão aprendendo, e sua autonomia desenvolvida através das ações e iniciativas tomadas, passando a serem vistas como pessoas ativas que sabem relacionar-se e que desde o seu nascimento, estão aprendendo.

Dessa forma o bebê não precisa que um adulto mostre a ele o que fazer ou com o que brincar, sendo que precisa estar livre, fazendo suas próprias escolhas, porque segundo Pikler, cada vez que o adulto oferece à criança um brinquedo, pondo as vezes em suas mãos, atrapalha seu momento de autonomia, destacando assim sua dependência, sendo que dessa forma o bebê sentirá a necessidade de ter sempre um adulto por perto para o ajuda-lo.

O educador deve, porém, facilitar a atividade autônoma dessa criança, organizando o espaço, que não ofereça perigos a criança, deixando brinquedos e objetos ao seu alcance, caso ela própria queira brincar, também o professor deve conhecer a criança e saber de suas limitações e necessidades.

O professor que atua na primeira infância, torna-se responsável pelo desenvolvimento da criança, por sua saúde, educação e suas necessidades enquanto está em sala de aula. Para que essa interação ocorra de forma satisfatória o educador precisa conhecer a criança, estabelecendo uma relação de confiança a ela, dessa forma a criança consegue avançar para sua autonomia.

O momento mais importante, entre professor e aluno, onde ocorre a interação é quando se realiza os cuidados corporais, dessa forma eles ficam mais próximos e assim o vínculo de afetividade ocorre de maneira natural por ambas as partes. Esse momento servirá não somente para ensiná-lo a comer, vestir-se, despir-se, usar o banheiro ou lavar as mãos, como ensinará a ela como expressar suas vontades e necessidades, ensinando também a conhecer a si própria.

Para que esse desenvolvimento ocorra, e a independência da criança seja despertada e desenvolvida com eficácia, o professor precisa ter preparo e conhecimento, criando espaços pedagógicos e situações didáticas que desafie essas crianças e que instigue sua curiosidade, dando total suporte a ela, dessa

forma a criança se sentirá confiante e apoiada e participará ativamente desse processo do seu desenvolvimento sem se sentir manipulada ou dirigida.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo compreender o papel do professor que trabalha com crianças pequenas na Educação Infantil. Para alcançar este objetivo, foi descrito o histórico e a evolução da Educação Infantil no Brasil. Também se discutiu a identidade e o papel do professor que atua com a primeira infância e se analisou as relações entre educar e cuidar na prática pedagógica do professor.

Por meio da revisão da literatura, pode-se concluir, que atualmente, tanto a creche como a pré-escola são consideradas instituições de Educação Infantil, diferenciando-se apenas, quanto à faixa etária atendida. Enquanto a creche atende crianças de zero a três anos, a pré-escola atende crianças de quatro a cinco anos. Mas nem sempre foi assim, estas mudanças ocorridas na Educação Infantil, foram a partir da promulgação na Constituição Brasileira de 1988, que representou um marco na vida das crianças, principalmente daquelas que ficavam à margem desse atendimento.

A criança atualmente ocupa maior destaque na sociedade e é reconhecida como cidadã de direitos e como um sujeito em desenvolvimento. Diferentes autores, propõem que as crianças têm um potencial inato para o crescimento e desenvolvimento, no entanto, cabe aos professores criar um ambiente que assegure a continuidade e o pleno desenvolvimento deste potencial.

De acordo com a literatura, os primeiros anos de vida é uma das etapas mais complexas do desenvolvimento humano e está relacionada com o desenvolvimento intelectual, emocional, social e motor da criança. A criança é um ser integral e não pode ser compreendida por partes, ela se desenvolve de maneira integrada.

Para que ocorra um desenvolvimento integral, é necessário além de um ambiente que ofereça segurança e estímulos, um professor que proporcione cuidados corporais como troca de roupas e fraldas, banhos, alimentação e acalento para o sono. De acordo como forem planejadas e executadas estas ações, esses cuidados com os bebês podem se transformar em momentos de intensa relação em que o vínculo vai se intensificando entre ele e o professor.

Mesmo com todos os avanços, propostos pela legislação brasileira e pela literatura científica, ainda hoje, deparamo-nos, com problemas no que diz respeito à valorização das funções exercidas pelas instituições de educação infantil e com a identidade e qualificação do profissional que trabalha com a primeira infância.

Ainda hoje, existe uma tendência que quanto menor a criança, menor o reconhecimento da necessidade de um atendimento escolar especializado para a mesma. Assim os profissionais que atuam com ela ainda carecem do reconhecimento social do seu trabalho como professores. A hierarquização de funções entre, professor e auxiliar, faz parte do cotidiano das escolas que atendem crianças com menos de três anos. Embora se reconheça as importantes mudanças impulsionadas pelas novas legislações, ainda existem muitas contradições a serem superadas no cotidiano das Instituições de Educação Infantil.

Outro ponto importante e que está intimamente ligado ao primeiro diz respeito a identidade deste profissional, pois se o ensino é entendido, como característica intrínseca da profissão do professor, que tem nessa atividade a afirmação de seu status profissional, quem é o profissional que trabalha com crianças pequenas? Visto que o professor de crianças pequenas não dá aulas.

Concluo este trabalho com algumas certezas e com muitos questionamentos. É certo, que de acordo com os autores estudados, não basta um conjunto de saberes práticos para exercer a profissão docente, não basta ter sido mãe para trabalhar com bebês. Esta maneira de entender o profissional que trabalha com crianças pequenas, é uma forma de naturalizar as condições precárias que se encontra este profissional.

Atualmente, não se pode negar a importância e o papel da formação inicial na constituição profissional docente. Mas por outro lado, a condição de professor na creche está influenciada por uma construção histórica, e isto, não é tão simples de superar. “A história da educação infantil, das suas instituições, dos seus profissionais, das crianças pequenas que se encontram nas instituições e de suas famílias, está em permanente interseção com muitas outras histórias” (MACHADO, 2000, p. 192).

Dentro deste contexto, sinto que agora tenho uma visão mais ampliada sobre esta etapa da educação, encontro-me mais preparada para exercer a

profissão docente com crianças pequenas. Através desse desta pesquisa consegui me apropriar de novos conhecimentos e refletir sobre a minha prática pedagógica, favorecendo assim, meu crescimento pessoal e profissional.

Acredito que o maior desafio a ser enfrentado pela educação infantil é legitimar a creche enquanto espaço educativo, com professores de Educação Infantil legalmente habilitados, com uma formação mais humanizada.

De modo geral, espera-se que este estudo possa contribuir com a discussão do tema. No entanto, este trabalho de conclusão de curso não teve a pretensão de findar a discussão sobre o tema. Compreendendo as limitações, a importância e a complexidade, espera-se que outras pesquisas possam ser realizadas a fim de ampliar os conhecimentos frente este assunto que tem grande importância no contexto educacional.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Especificidades da ação pedagógica com os bebês**. ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas Atuais, Belo Horizonte, novembro de 2010.
- BARBOSA, Maria Carmem Silveira; **Práticas Cotidianas na Educação Infantil: Bases para a reflexão sobre as orientações curriculares**. Brasília; Ministério da Educação, 2009.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC\\_C\\_20dez\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf). Acesso em: 22 de mar.de 2020.
- \_\_\_\_\_. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/ 1996, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- \_\_\_\_\_. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em:< 14 fev., 2020>.
- \_\_\_\_\_. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90 de 13 de julho de 1990.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Parecer CEB nº 022/98 aprovado em 17 de dezembro de 1998. Brasília: MEC, 1998
- \_\_\_\_\_. Ministério de Educação e do Desporto. Referencial curricular nacional para educação infantil. Brasília, DF: MEC, 1998.
- CARVALHO, Marília Pinto de. **Gênero e análise sociológica no trabalho docente: um palco de imagens**. In: PEIXOTO, A. M. C. e PASSOS, M. (orgs.). A escola e seus atores: educação e profissão docente. Belo Horizonte: AUTÊNTICA, 2005.
- CARVALHO, Maria Regina Viveiros de. Perfil do professor da educação básica / Maria Regina Viveiros de Carvalho. – Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.
- FALK, Judit. Educar os Três Primeiros anos – a experiência de Lóczy. São Paulo. 1994. JM Editora Ltda
- \_\_\_\_\_, Judit; **Educação Infantil: Abordagem Pikler**. 1ª Edição. Coleção Primeira. São Paulo. Omnisciência, 2016.
- FOCHI, Paulo Sergio. **Mas os bebês fazem o que no berçário, hein?** 2013. 173fls. Dissertação (mestrado em educação) – Universidade Federal do Rio

Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. Disponível em:<file:///D:/Desktop/PAULO%20F.pdf>. Acesso em:< 03 de mar.2020>

FORTUNATI, Aldo. **Por um currículo aberto ao possível**: protagonismo das crianças educação. San Miniato: Editora Buqui, 2017. Tradução de Paula Baggio.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**. Cartas a quem ousa ensinar. São Paulo, Olho d'Água;1997.

HELLINGER, Karey Schimidt Jurgenser. **Professor Pedagogo**: Mediador do diálogo entre a escola e a família.Ano.2016. Disponível em: <file:///D:/Desktop/Desktop/ARTIGO%20-%20DIALOGO%20PROFESSOR%20FAMILIA%20ALUNO.pdf >. Acesso em: < 17 de mar. 2020>.

KISHIMOTO, Tizuko M. **Encontros e desencontros na formação dos profissionais de Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2011.

KRAMER, Sônia. A infância e sua singularidade. In: BRASIL, **Ministério da educação. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos**. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006a, p. 15-25.

\_\_\_\_\_, Sônia; **A Política do Pré-Escolar no Brasil**: A arte do disfarce.8ª Edição. São Paulo: Cortez, 2006b.

KUHLMANN, Moysés Jr. **O jardim de infância e a educação das crianças pobres**: final do século XX. In: MONARCHA, Carlos (Org.). Educação da infância brasileira: 1875-1983. Campinas/SP: Autores associados, 2001

\_\_\_\_\_, Moysés Jr.; **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica.7ª Edição. Porto Alegre: Mediação, 2015.

MAIA, Maria Elisa de Albuquerque. **O Pedagogo-Professor Na Educação Infantil**: Desafios Na Relação Teoria E Prática Do Cuidar E Educar. Disponível em:<[http://www.editorarealize.com.br/revistas/setepe/trabalhos/Modalidade\\_1d\\_atahora\\_29\\_09\\_2014\\_09\\_21\\_47\\_idinscrito\\_618\\_76bc493c34656e698068e6bd018844cc.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/setepe/trabalhos/Modalidade_1d_atahora_29_09_2014_09_21_47_idinscrito_618_76bc493c34656e698068e6bd018844cc.pdf)> Acesso em: <11 de mar. 2020>.

MACHADO, Maria Lúcia de A. **Educação Infantil e sociointeracionismo**. IN: OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. Educação Infantil: muitos olhares. São Paulo: Cortez, 1994.

MARANHÃO, Damaris Gomes. O cuidado com o elo entre saúde e educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 111, p. 115-133, 2000.

MERISSE, Antônio. **As origens das instituições de atendimento à criança**: o caso das creches. In: MERISSE, A. (et. al.) Lugares da infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato. São Paulo: Arte Andamp; Ciência, 1997.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Registro na Educação Infantil: Pesquisa e Prática Pedagógica**. Ano. 2017 . Disponível em:<<http://epsinfo.com.br/Ostetto.pdf> >. Acesso em:<30 de mar.2020>

SOARES, Suzana Macedo; **Vínculo, Movimento e Autonomia: Educação até 3 anos**. Coleção Primeira. São Paulo: Omnisciência, 2017.

TRISTÃO, Fernanda Carolina Dias. **Ser Professoras de Bebês**. Uma profissão marcada pela sutileza. Revista 0 a 6, V.6 nº 9, 2004. 14p. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/9360/8612>. >Acesso em: mar. De 2020.